



Universidade Federal de Ouro Preto
Escola de Educação Física
Licenciatura em Educação Física



Monografia

Educação Física Escolar pós pandemia: um olhar para os protocolos de volta às aulas presenciais elaborados pelas Unidades da Federação.

Gabriel Luiz da Silva

Ouro Preto
2020

Gabriel Luiz da Silva

Educação Física Escolar pós pandemia: um olhar para os protocolos de volta às aulas presenciais elaborados pelas Unidades da Federação.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à disciplina EFD 380 – seminário de trabalho de conclusão de curso do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para aprovação da mesma.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri

**Ouro Preto
2020**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586e Silva, Gabriel Luiz Da .

Educação Física Escolar pós pandemia [manuscrito]: Um olhar para os protocolos de volta às aulas presenciais elaborados pelas Unidades da Federação.. / Gabriel Luiz Da Silva. - 2020.

31 f.: il.: tab..

Orientador: Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri.

Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Educação Física. Graduação em Educação Física .

1. Educação Física-Estudo e ensino. 2. Pandemias-COVID 19. 3. Pandemias-COVID19-Escolas-Protocolos de Segurança. 4. Saúde Pública-Escolas. I. Ungheri, Bruno Ocelli . II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 796:37

Bibliotecário(a) Responsável: Angela Maria Raimundo - SIAPE: 1.644.803



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**FOLHA DE APROVAÇÃO****Gabriel Luiz da Silva****Educação Física Escolar Pós Pandemia: um olhar para os protocolos de volta às aulas presenciais elaborados pelas Unidades da Federação**

Membros da banca

Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Profa. Dra. Denise Falcão - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Prof. Dr. Renato Melo Ferreira - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Versão final

Aprovado em 27 de outubro de 2020.

De acordo

Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Ocelli Ungheri, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/11/2020, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0098688** e o código CRC **026415CF**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.007815/2020-69

SEI nº 0098688

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: (31)3559-1518 - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, que sempre me impulsionaram a buscar melhorias e evoluções em minha jornada, assim como sempre me direcionaram a sempre ser uma pessoa correta e íntegra através de seus exemplos. À minha mãe, reservo um agradecimento especial pelas inúmeras vezes em que insistiu comigo, desde criança, para estudar, ter foco, buscar crescer. Ao meu pai, agradeço pelos exemplos de integridade e pela música, a qual herdei dele, e pelos ótimos momentos de conversas e pescarias, que contribuíram para renovar e revigorar a mim e à minha mente, sendo de vital importância.

Agradeço também aos meus irmãos e amigos que sempre estiveram presentes e me apoiaram quando precisei. Sou grato também ao dom da vida e ao talento musical, que em diversos momentos, a música foi a minha forma de recarregar as energias para seguir em frente em tudo que fiz e faço em minha vida.

Agradeço à minha namorada Dayanne, que desde o primeiro momento do curso esteve comigo, me ajudando desde a inscrição no curso até nas diversas vezes que me senti abalado nesse caminho, que não se resume apenas ao curso, mas sim a uma caminhada de vida. Esteve e está também nas conquistas, nos bons momentos, me apoiando como sempre. Muito obrigado.

Agradeço a professores como o Albená Nunes, que em um momento de incertezas me acolheu e ofereceu uma preciosa ajuda que se iniciou em uma conversa, que me deu forças para seguir adiante no curso, e também o Renato Melo, que por inúmeras vezes tivemos conversas que foram, no mínimo, inspiradoras, tanto em âmbito acadêmico quanto a nível de crescimento evolução como ser humano. Estar perto de pessoas como eles é um privilégio.

Agradeço a todos os obstáculos que tive, pois eles me mostraram maneiras diferentes de fazer as mesmas coisas, moldando, quem sou e quem serei, nessa caminhada de evolução.

Por fim, mas não menos importante, agradeço profundamente ao meu orientador e amigo, Bruno Ocelli, que ao orientar o presente trabalho, conseguiu não apenas o produto acadêmico, mas também, ressignificar o rumo da minha graduação, agregando um valor humano que, para mim, vale imensamente e sempre será lembrado. A você, meus sinceros agradecimentos.

“... na nossa época, a história é o que transforma documentos em monumentos.”

Foucault

RESUMO

Desde o decreto de reconhecimento da pandemia instituída pela COVID-19, em março de 2020, as unidades educacionais em todo o mundo foram levadas a paralisarem suas atividades presenciais, até que fossem vislumbradas alternativas pelo trabalho conjunto entre as autoridades de governo e da saúde. O cenário em questão, permeado por incertezas, repercute de forma particular no Brasil, haja visto que a coordenação das ações de prevenção e combate ao novo Coronavírus deslocaram-se do âmbito federal para o estadual. É nesse bojo que se contorna o objeto do presente estudo, direcionado às diretrizes e protocolos elaborados pelas unidades da federação para a condução da volta às aulas presenciais, com especial atenção aos impactos na Educação Física Escolar. Sob esse prisma, o objetivo da pesquisa foi identificar as orientações protocolares elaboradas pelos estados brasileiros e pelo Distrito Federal, para a volta das aulas presenciais nas instituições sob suas respectivas jurisdições. Buscou-se também refletir sobre os impactos diretos e indiretos no cotidiano das aulas de Educação Física e nas demais práticas corporais no ambiente da escola. Para isso, foi combinada pesquisa bibliográfica e documental, sendo a primeira destinada à formação de repertório para as reflexões e argumentações teóricas próprias do estudo. A pesquisa documental se baseou nos protocolos de volta às aulas presenciais, elaborados pelas unidades da federação até setembro de 2020. Foram identificados 14 documentos oficiais, examinados pela técnica de Análise de Conteúdo, consolidando dois eixos de resultados. O primeiro deles se refere às diretrizes gerais de asseio e higienização para prevenção do contágio no ambiente escolar, encontradas em todos os documentos analisados. O segundo aponta as diretrizes com diálogo direto junto às aulas de Educação Física, considerando ainda todo o escopo de atividades escolares atentas à cultura corporal do movimento. Concluiu-se que o cenário pandêmico tem induzido alterações significativas no ambiente escolar, sobretudo no que tange à estrutura das aulas, à atuação docente e, conseqüentemente, à rotina de toda a comunidade. Os protocolos estaduais de volta às aulas, quando existentes, deliberam a respeito dos rumos a serem seguidos pelas instituições, incluindo-se nuances próprias da Educação Física. Todavia, considerando as diferentes realidades das escolas brasileiras, são notáveis os limites de infraestrutura, de recursos humanos e materiais para viabilizar o retorno seguro de forma igualitária.

Palavras-chave: Escola, Educação Física, Pandemia, COVID-19.

ABSTRACT

Since the decree of recognition of the pandemic instituted by COVID-19, in the end of 2020, educational units around the world have been led to paralyze their presential activities, until alternatives were envisaged by the joint work between government and health authorities. The scenario in question, permeated by uncertainties, has a particular impact in Brazil, since the coordination of prevention actions and combating the new Coronavirus have moved from the federal to the state level. It is in this context that the object of this study is circumvented, directed to the guidelines and protocols elaborated by the federation units for conducting the return to presential classes, with special attention to the impacts on Physical Education. From this perspective, the objective of the research was to identify the protocol guidelines elaborated by the Brazilian states and the Federal District, for the return of presential classes in institutions under their respective jurisdictions. We also sought to reflect on the direct and indirect impacts on the daily life of physical education classes and other corporal practices in the school environment. For this, bibliographic and documentary research was combined, the first being destined to the formation of repertoire for the reflections and theoretical arguments proper to the study. The documentary research was based on the protocols of return to presential classes, elaborated by the federation units until September 2020. We identified 14 official documents, examined by the Content Analysis technique, consolidating two axes of results. The first one refers to the general guidelines of cleanliness and hygiene for the prevention of contagion in the school environment, found in all documents analyzed. The second points out the guidelines with direct dialogue with physical education classes, also considering the entire scope of school activities attentive to the body culture of the movement. It was concluded that the pandemic scenario has induced significant changes in the school environment, especially with regard to the structure of the classes, the teaching performance and, consequently, the routine of the whole community. The state protocols of back to school, when existing, deliberate on the directions to be followed by the institutions, including nuances of Physical Education. However, considering the different realities of Brazilian schools, the limits of infrastructure, human resources and materials are remarkable to enable the safe return in an equal way.

Keywords: School, Physical Education, Pandemic, COVID-19.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Listagem dos Documentos Analisados.....	13
Tabela 1: Mecanismos de Prevenção – Diretrizes gerais.....	16
Tabela 2: Mecanismos de Prevenção – Educação Física.....	17

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Objetivos	11
1.2. Justificativa	11
2. METODOLOGIA	13
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

O Sars-Cov-2, mais conhecido como Corona Vírus ou simplesmente Covid – 19 é um vírus potencialmente mortal que se espalha pelo mundo em uma velocidade maior que as autoridades conseguem reagir com vacinas e remédios (FARIAS *et al.*, 2020). De acordo com Wu *et al.* (2020), o vírus teve início com uma epidemia de pneumonia na cidade de Wuhan, na China, tendo como fato comum entre os pacientes, que todos eles estiveram no mercado de frutos do mar da cidade. Entretanto, com o passar dos dias, novos casos foram detectados, sem haver a relação entre o local e as pessoas. O surto se espalhou rapidamente, tomando toda a China e mais 66 países em seis continentes. Apesar de controlável com a assepsia correta das mãos e ambientes e o uso de máscaras, o Sars-Cov-2, quando incubado no paciente, rapidamente evolui para um quadro de insuficiência respiratória com graves impactos na saúde geral dos indivíduos.

A emergência de uma crise sanitária de proporções mundiais coloca à prova a capacidade da saúde pública de diversos países, com impacto direto sobre todas as dimensões da vida, especialmente aquelas de natureza econômica e social, como o trabalho, a família, a educação e o lazer (MATOS *et al.*, 2020). De acordo com Senhoras (2020), o surto pandêmico conduz à deflação de ativos produtivos, com ondas internacionais de quedas econômicas que repercutem no dia a dia das pessoas, com prejuízos de diferentes ordens percebidos rapidamente e mantidos ao longo do tempo. Em adição, Cury (2020) enfatiza a desconstrução do cotidiano engatilhada pela suspensão dos sistemas de trocas, de produção e de cultura. Como consequência, o autor observa impactos restritivos nas atividades do comércio, na manutenção e geração de empregos, no transporte público, bem como nos serviços presenciais de segmentos como museus, cinemas, teatros e salas de eventos. Acrescenta-se a esta discussão os limites inerentes às relações sociais e aos benefícios engatilhados pela prática e experimentação das atividades físicas, profundamente impactadas pela conjuntura.

Esse é o desafio lançado sobre os governos a fim de retomar a vida cotidiana, tendo em vista que quando da sinalização efetiva de uma pandemia, a medida cabível mais urgente foi o isolamento social, com o fechamento das atividades comunitárias

e impactos econômicos marcadamente prejudiciais (DIAS e PINTO, 2020). Nessa esteira, um dos segmentos mais impactados pela conjuntura é, notadamente, o educacional. Para Dias e Pinto (2020), é necessário que sejam implementadas políticas públicas voltadas exclusivamente para a educação, direcionando investimentos para o enfrentamento das desigualdades e para a criação de ambientes seguros à toda a comunidade escolar. No entendimento de Cury (2020), o Brasil apresenta dificuldades para reposição das aulas presenciais, retrocessos na aprendizagem e no processo social da educação. Lançando luz à evasão e ao abandono escolar, possíveis de serem alavancados pela vulnerabilidade socioeconômica de significativa parcela dos estudantes, o autor argumenta que o desafio em tela é considerar propostas de um calendário escolar que não aumente a desigualdade, valendo-se de diferentes formas de aprendizado.

Cumprido esclarecer que, mediante incertezas sobre os impactos possíveis de serem causados por um vírus desconhecido, a ação de governos e autoridades sanitárias foi se desenhando ao longo da pandemia, sem a garantia de respostas ao tempo e à segurança desejadas pelo conjunto do tecido social. No Brasil, considerando-se o Sistema Nacional de Ensino, que confere autonomia administrativa às redes de ensino, a questão se dissipa em função das diferentes diretrizes e protocolos de volta às aulas presenciais adotados por estados e municípios (CURY, 2020). Por esse motivo, o referido caráter operacional chama atenção de autoridades sanitárias e educacionais, bem como de todos os atores envolvidos no ambiente escolar. Afinal, embora nesse contexto, a educação à distância tenha sido amplamente utilizada como forma de não se perder os esforços já envidados na continuidade da educação, essa não pode ser a única forma de disponibilização do conteúdo (DIAS e PINTO, 2020).

Em julho de 2020, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) publicou uma cartilha com diretrizes que orientam o retorno às aulas. Entretanto, todas as necessidades elencadas, num cenário sem vacina e sem profilaxia da doença, são permeadas de investimentos que, resta a dúvida se o Poder Público disporá desses recursos para implantação. É importante frisar que, para que haja um retorno seguro às aulas presenciais, as diretrizes emanadas pela Vigilância Sanitária devem ser observadas, como distanciamento entre os alunos, higienização de todos os equipamentos utilizados por estes, higienização de meios de transporte, controle de temperatura, disponibilização de máscaras individuais e esterilizadas,

entre outras.

No contexto educacional, bem como da saúde mental dos alunos, principalmente em um cenário de extremo desgaste como o experimentado face ao Covid-19, é sabido que a atividade física tem um papel fundamental, tanto na reinserção do indivíduo no convívio coletivo, quanto na manutenção da saúde (PEDROSA e DIETZ, 2020). Somado a isso, a depender das perspectivas curriculares adotadas por cada instituição, Castro Neta *et al.* (2020) destacam que o trabalho pedagógico e as práticas corporais como brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas ampliam as possibilidades de compreensão do contexto social histórico e político de produção e reprodução das manifestações do corpo. Surgem, portanto, as questões norteadoras do presente estudo: (i) como desenvolver presencialmente as atividades da Educação Física no ambiente escolar, face às restrições impostas pela pandemia? (ii) quais as diretrizes estabelecidas nos documentos oficiais já elaborados pelos Estados, para conduzir a volta às aulas presenciais? (iii) quais as implicações dessas diretrizes na Educação Física?

1.1. Objetivos

Ancorando-se nas questões norteadoras do objeto de estudo apresentado, a pesquisa buscou identificar as orientações protocolares elaboradas pelos Estados brasileiros e pelo Distrito Federal, para a volta das aulas presenciais nas escolas sob sua jurisdição. Como desdobramentos específicos, buscou-se refletir sobre as relações diretas e indiretas estabelecidas entre as diretrizes e o cotidiano das aulas de Educação Física e as demais práticas corporais no ambiente da escola.

1.2. Justificativa

Diante do atual cenário de pandêmico, que impôs diretrizes de distanciamento e até isolamento social, as unidades de ensino presenciais foram levadas a paralisar suas atividades para conter o avanço da COVID-19 em todo o território nacional. À reboque desta conjuntura, reconhece-se o surgimento de novas necessidades educacionais por parte de toda a comunidade escolar, além da intensificação daquelas pré-existentes, especialmente nas instituições que compõem as redes

públicas de ensino. Como enfatiza Cury (2020), a decisão emergencial de se conduzir as ações de ensino por meio remoto (ou virtual) foi uma solução possível para um primeiro momento, mas findou por revelar a intensificação de desigualdades enraizadas por aspectos socioeconômicos e étnico-raciais.

Subitamente, a escola invadiu o ambiente da casa que, em boa medida, passou a acumular o espaço e o tempo do ensino, gerando implicações potentes no cotidiano de aproximadamente “50 milhões de crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e suas modalidades” (CURY, 2020, p. 13). Para além dos aspectos cognitivos próprios da aprendizagem, emergiram lacunas relacionadas às dimensões afetivas e interacionais conduzidas pelo cotidiano da vida escolar, evidenciando a necessidade de se pensar o retorno às atividades presenciais de forma segura e igualitária.

De tal maneira, justifica-se o presente estudo pela possibilidade de contribuição à retomada das atividades presenciais nas escolas, por compartilhar informações e reflexões a respeito dos planos de ação em curso pelo território nacional. Com isso, vislumbra-se lançar luz às boas práticas no ambiente escolar e, por que não, às iniciativas de vanguarda que conduzam o processo de volta às aulas de forma segura e responsável. Por fim, ao delinear rotinas com impacto direto no campo da Educação Física, pretende-se auxiliar a elucidação de estratégias próprias de um campo de atuação com inúmeras singularidades.

2. METODOLOGIA

Destarte, julga-se relevante refletir sobre a gênese do presente estudo que, por se debruçar sobre temática nupérrima, ainda em estado de construção e permanência, introduz limites de investigação acadêmica, sobretudo no que se refere às delimitações geográficas e temporais adotadas para a coleta dos dados. Entrementes, em que pesem os limites conhecidos, reitera-se a atualidade do objeto de análise e o potencial a ser exercido pelo conhecimento científico no delineamento de arcabouços informativos, passíveis de serem mobilizados em tomadas de decisão institucionais pautadas pela responsabilidade social. Para cumprir com os objetivos almejados, delineou-se uma pesquisa de cunho qualitativo, combinando-se Pesquisa Bibliográfica e Análise Documental, caracterizando um estudo exploratório. O levantamento bibliográfico se fez necessário para o desenho de um repertório conceitual necessário para imersão no objeto de análise. Com isso, foram elencados artigos, dissertações, teses e livros disponíveis nos acervos dos Laboratórios Lazer, Gestão e Política (LAGEP) e Oricolé, além dos sistemas de biblioteca digital e dos sites de busca acadêmica (Google Acadêmico, Scielo, USPTeses e Pubmed), a fim de estabelecer um repertório teórico capaz de sustentar os diálogos possíveis de serem estabelecidos junto aos documentos analisados.

Consolidado o aparato teórico-conceitual, avançou-se para a fase de coleta dos dados propriamente ditos, com amparo nas concepções sobre Análise Documental interpostas por Gil (2008) e May (2004). No entendimento de Gil (2008), trata-se de uma tipologia de pesquisa exploratória, cuja finalidade é proporcionar maior afinidade com a temática investigada. Desenvolve-se a partir de documentos já publicados sobre o objeto pesquisado, conferindo algum grau de legitimidade aos dados quando tratados institucionalmente. Esclarece-se que a opção metodológica em questão foi adotada pela necessidade de se referendar os achados da pesquisa em dados oficiais, pela submissão do objeto aos ditames legais, especialmente ao Sistema Nacional de Educação - SNE (2014) e seus desdobramentos por redes estaduais e municipais. Como destaca May (2004), a Análise Documental se justifica como instrumento metodológico pelo potencial de informar e estruturar as decisões que pessoas e instituições tomam ao longo do prazo, constituindo leituras particulares dos eventos sociais.

Desse modo, a coleta de dados iniciou em julho de 2020, encerrando-se na primeira quinzena de setembro do mesmo ano, quando os primeiros estados brasileiros iniciaram sua volta às aulas presenciais. Foram realizadas buscas diárias em bases de dados dos vinte e seis estados brasileiros e do Distrito Federal, no intuito de encontrar documentos oficiais de autoria do governo executivo, principalmente das Secretarias Estaduais de Ensino/Educação. Após o interregno expresso para o levantamento de dados, elencou-se 14 documentos, sendo:

Quadro 1: Listagem dos Documentos Analisados

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANALISADOS	
Manual de Protocolos de Saúde.	Amazonas
Plano de Retorno às Atividades Presenciais.	Amazonas
Protocolo Setorial 18 – Atividades Educacionais	Ceará
Protocolo de retorno das atividades presenciais rede privada de ensino.	Distrito Federal
Decreto nº 4.636-R, de 19 de abril de 2020	Espírito Santo
Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades Presenciais nas Instituições de Ensino do Estado de Goiás	Goiás
Portaria n.º 748, de 20 de julho de 2020.	Maranhão
Diretrizes Para Protocolo De Retorno Às Aulas Presenciais	Nacional - CONSED
Protocolo Novo Normal – Segmento Educação	Paraíba
Decreto nº. 4960 de 02 de julho de 2020 Resolução Conjunta n.º 01/2020 – CC/SEED de 06 de julho de 2020 Protocolo para retorno das aulas presenciais.	Paraná
Manual - Medidas de prevenção e controle da infecção por vírus respiratórios recomendadas para a retomada das atividades das escolas de ensino fundamental e médio e de jovens adultos no estado do Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro
Distanciamento Controlado - Educação: primeiros passos.	Rio Grande do Sul
Plano de Retorno às Aulas Presenciais – 2020	Rondônia
Plano de Retorno da Educação.	São Paulo

Fonte: elaborada pelos autores.

As unidades da federação sem representatividade no presente estudo, não publicaram suas diretrizes oficiais até a data de encerramento da coleta de dados. Esclarece-se que a utilização do documento elaborado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação, deu-se pelo envolvimento de técnicos de diferentes unidades da federação, a saber: Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande

do Sul, Santa Catarina e Tocantins. Em soma, identificou-se sua utilização como referência em todo o território nacional, por se tratar de um documento elaborado a partir de órgão representativo dos estados e do Distrito Federal, legalmente constituído.

A análise dos dados coletados nos documentos se deu por intermédio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), que envolve um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo, obter indicadores que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens. Assim, essa fase permitiu a ordenação dos dados, organizando-os em dois eixos de análise.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com amparo nos documentos examinados, verificou-se o delineamento de dois eixos de análise, sendo o primeiro relacionado às diretrizes gerais de asseio e higienização para prevenção do contágio com o Coronavírus no ambiente escolar, encontradas em todos os documentos analisados. O segundo aponta as diretrizes com diálogo direto junto às aulas de Educação Física, considerando ainda todo o escopo de atividades escolares atentas à cultura corporal do movimento. Reitera-se que a intenção do estudo não foi comparar os protocolos desenvolvidos pelos estados e pelo Distrito Federal, tampouco criticar de forma deliberada a ausência de diretrizes por parte das 15 Unidades Federativas não representadas neste texto. Trata-se de um esforço orientado pela tentativa de se elencar todas as ações estratégicas elaboradas que interferem direta ou indiretamente no cotidiano da Educação Física Escolar.

Sobre isso, vale lembrar que o escopo de análise foi composto por 13 documentos estaduais oficiais, além das “Diretrizes para protocolos de retorno às aulas presenciais” do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED). Vale ressaltar que o Amazonas foi o único estado a apresentar dois documentos, quais sejam o “Manual de Protocolos de Saúde” e o “Plano de Retorno Às Atividades Presenciais – Ações Pedagógicas de Gestão e Saúde Para as Unidades de Ensino Pós-Pandemia da COVID-19” da Secretaria de Educação e Desporto do Estado.

Antes de apresentar os dados específicos da pesquisa, é importante destacar que, dos documentos analisados, em poucos momentos a Educação Física foi abordada de maneira objetiva e direta, havendo poucas orientações específicas para a área. Foi necessária a leitura atenta dos documentos, a fim de identificar as diretrizes intervenientes nas aulas de Educação Física, mesmo de maneira indireta. Nessa esteira, a Tabela 1 apresenta as diretrizes gerais para saúde e prevenção do contágio, destacando a incidência de cada orientação por unidade federativa.

Tabela 1. Mecanismos de Prevenção – diretrizes gerais

ORIENTAÇÃO	INCIDÊNCIA
Distanciamento social – 1,5 a 2 metros.	CONSED, AM, CE, DF, ES, GO, MA, PB, PA, RJ, RS, RO, SP.

Desativação de bebedouros com disparo para boca e incentivo à utilização de garrafas e/ou copos individuais.	CONSED, AM, RJ, RO, SP, ES, CE, DF, GO, PR.
Controle e aferição de temperatura de estudantes e servidores.	CONSED, AM, RS, RO, SP, ES, MA, CE, DF, GO, PR, PB.
Reorganização dos espaços escolares	CONSED, AM, RS, ES, CE, DF.
Cancelamento de atividades em grupos de alunos.	CONSED, RO.
Redução ou proibição do compartilhamento de materiais e equipamentos.	CONSED, RJ, ES, AM, GO, PB, PR.
Oferecer apoio psicossocial a alunos e servidores.	CONSED, RO, CE, PR, DF, SP, GO, MA.
Obrigatoriedade de utilização de máscaras.	TODOS
Horários escalonados para entrada, saída e intervalos/recreio e respeitando o distanciamento mínimo de 1 m à 1,5 m entre os alunos, para evitar aglomerações.	TODOS
Higienização regular de objetos e materiais de uso comum.	CONSED, AM, RO, ES, CE, PR, DF, SP, RS, PB.
Cumprimento de pessoas nunca seja por meio de contato físico, como abraços, beijos e apertos de mão.	AM, GO, ES, RO.
Acompanhar a saúde dos colaboradores e alunos da escola, de seus familiares e entes próximos, sobretudo em caso de suspeita ou confirmação de contaminação.	AM, RJ, RO, GO.
Distanciamento de 1,5 a 2 metros em caso de enfileiramento de alunos na entrada da escola ou em espaços internos.	AM, RJ, ES, CE, PR, RS, GO, MA, PB.
Estimular através de ações pedagógicas, hábitos saudáveis, como boa alimentação, atividade física, ingestão de líquidos e de boa higiene, para manter o sistema imunológico reforçado para enfrentar a gripe e outras doenças.	AM, CE.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Pode-se inferir da Tabela 1 as diretrizes gerais, voltadas à manutenção da saúde e prevenção do contágio nos ambientes escolares em âmbito nacional. As medidas apontadas pelos Estados se aplicam, de maneira geral, a todos as esferas das unidades educacionais, desde os serviços como limpeza e manutenção de espaços e materiais assim como diretrizes para as aulas em salas, visando o cumprimento dos protocolos. Ações como essas se mostram indispensáveis para um retorno seguro das atividades presenciais, caso não seja encontrada uma vacina ou medicamento eficaz para a COVID-19 (OLIVEIRA, 2020), evidenciando a necessidade de se pensar a saúde da comunidade escolar como elemento multifatorial, que envolve o estado geral de saúde aliado a aspectos físicos, psicológicos e sociais.

Por conseguinte, chama atenção as orientações protocolares para oferta de apoio psicossocial e acompanhamento da saúde de todos os atores interligados ao cotidiano escolar. Aportando-se em Dias e Pinto (2020), compreende-se a relevância do enfrentamento conjunto acerca dos impactos negativos da pandemia nas dimensões da saúde física e mental, especialmente no que diz respeito ao controle dos níveis de ansiedade, depressão e estresse potencializados pelo confinamento de quarentena. As autoras defendem o estímulo à solidariedade, à resiliência e à continuidade das relações sociais entre educadores e alunos, direcionadas ao combate de fatores indutores de acometimentos associados ao sentimento de medo da infecção e de enclausuramento pela falta de espaços na esfera residencial e pela ausência de contatos pessoais com os colegas de classe.

No que diz respeito ao estímulo de hábitos saudáveis, sobretudo nos aspectos ligados à alimentação, Amorim *et al.* (2020) oferecem contribuições importantes ao fazerem um apanhado de estratégias para o combate da insegurança alimentar pós pandemia. Os autores argumentam sobre o agravamento da insegurança alimentar no curso pandêmico, lançando luz ao enfraquecimento das políticas de segurança nutricional ancoradas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nessa esteira, propõem que o retorno das aulas presenciais seja acompanhado de um levantamento da insegurança alimentar entre os estudantes, da manutenção de políticas sociais equitativas pela ampliação de repasses financeiros aos municípios com menores taxas de IDH, além de ações pontuais para escolares e famílias em insegurança alimentar durante o período de férias e dos recessos escolares.

No que tange às estratégias de ação relacionadas às aulas de Educação Física e às demais práticas corporais no ambiente escolar, foram encontrados os

dados compartilhados na Tabela 2. Nota-se que algumas orientações apresentadas nas tabelas se repetem, uma vez que determinada diretriz pode ser entendida como geral e, ao mesmo tempo, influenciar diretamente a organização e a execução das aulas de Educação Física.

Tabela 2. Mecanismos de Prevenção – Educação Física

ORIENTAÇÃO	INCIDÊNCIA
Reorganização dos espaços escolares	CONSED, AM, RS, ES, CE, DF.
Cancelamento de atividades em grupos de alunos.	CONSED, RO.
Suspender atividades esportivas, eventos públicos e outras atividades que proporcionem aglomerações e/ou contato físico.	AM, DF, MA, SP, PR, CE, ES, RO.
Realização de aulas de Educação Física ao ar livre, sem compartilhamento de materiais.	RJ, DF, SP, PB.
Nas atividades físicas, deverá ser respeitado distanciamento físico de pelo menos 5 (cinco) metros entre as pessoas para atividades individuais que envolvam caminhadas e de 10m (dez metros) para atividades que envolvam corridas.	ES.
Adoção de aulas teóricas para as aulas de Educação física.	AM, MA, PR.
Estimular através de ações pedagógicas, hábitos saudáveis, como boa alimentação, atividade física, ingestão de líquidos e de boa higiene, para manter o sistema imunológico reforçado para enfrentar a gripe e outras doenças.	AM, CE.
Proibir atividades coletivas que possam gerar contato físico nas aulas de Educação Física.	PB, GO, PR, CE, ES.
As aulas de Educação Física sejam feitas respeitando o distanciamento mínimo de 1,5 a 2 metros entre os participantes.	AM, RJ, SP, PR, SP.
As aulas de dança e outras atividades coletivas devem ser de ritmos que	GO.

garantam o distanciamento mínimo exigido entre os alunos, ficando proibidas as atividades coletivas, com a realização de contato físico.

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 2 apresenta as diretrizes que se relacionam mais intimamente com a realidade das aulas de Educação Física, mostrando como cada Estado tem se mobilizado. Medidas a serem tomadas no retorno das aulas se mostram necessárias, uma vez que a Educação Física é suscetível a aglomerações, estimulando interações entre as pessoas – inclusive no âmbito tátil-corporal. Por esse motivo, podem ampliar as chances de disseminação do vírus e, conseqüentemente, a propagação do contágio, levando alguns Estados a se posicionarem contrários às atividades em grupo ou que possam acarretar proximidade de menos de 1,5 metro entre alunos e professores. Para o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE, 2020), a pandemia da Covid – 19 conduz a todos para um cenário caótico e de intensos desafios no que tange a oferta de recursos de educação de maneira equânime. Ao direcionar o olhar para as nuances da Educação Física Escolar, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte considera que os conteúdos escolares que articulam as práticas corporais e os conhecimentos decodificados a partir destas, provavelmente reforçarão processos educativos desiguais, limitando as possibilidades de humanização a partir das práticas corporais. Por esse motivo, juntamente com outros setores da sociedade civil, a entidade se posiciona contrária ao retorno das aulas presenciais, baseando-se nos níveis de contágio e propagação da doença, visando salvaguardar as vidas dos envolvidos na esfera educacional.

Nos Menciona-se também a adoção de aulas teóricas em substituição às aulas práticas de Educação Física, na intenção de reduzir o contato entre indivíduos e, à reboque, o contágio viral. Cabe ressaltar que a proposição de conteúdos teóricos não é, ou não deveria ser, novidade para os docentes e demais membros da comunidade escolar, ou seja, acredita-se que a orientação em tela devesse caminhar para a adequação ou adaptação das aulas – uma vez que a perspectiva de substituição pressupõe a utilização de algo até então estancado. Como apontam Boscatto e Darido (2018), é necessário refletir sobre os aspectos da organização e sistematização dos saberes curriculares da Educação Física, buscando-se superar o caráter esportivista e procedimental predominantes nas práticas de ensino. Logo, em

que pesem os limites da formação continuada e da falta de recursos observados na escola, pode-se dizer que o cenário pandêmico agudiza um desafio já conhecido pelos professores da área.

Em outra vertente, alguns Estados recomendam a readequação de espaços físicos escolares para atender a demanda atual de distanciamento social, fazendo emergir a seguinte indagação: teriam todas as escolas estruturas físicas que possam atender a tais recomendações? Em casos de escolas com menos recursos e espaços físicos limitados, seria possível, mesmo com o revezamento de alunos, contemplar a todos de forma satisfatória e atender as suas necessidades educacionais? A esse respeito, considera-se que a escola não necessita ser pensada como um espaço homogêneo e padronizado, mas é imprescindível se garantir condições mínimas de acesso e permanência em seu ambiente, o que demonstra contradições profundas na realidade brasileira. Sá e Werle (2017) demonstram que, no Brasil, das 141.995 escolas públicas da educação básica, apenas 0,6% são consideradas adequadas para atingir aos propósitos de uma educação de qualidade. De forma ainda mais potente, argumentam que 44% das instituições contam com infraestrutura com apenas água, sanitário, energia, esgoto e cozinha, enfatizando a necessidade de se pensar os aspectos estruturais como objeto empírico de pesquisa – não apenas de forma periférica ou secundária, como se tem observado no campo científico.

Visto que as escolas enfrentam, há tempos, dificuldades em relação aos espaços físicos, Damazio e Silva (2008) acrescentam que:

A administração escolar tem aí papel destacado em organizar os espaços, os tempos e as atividades, mas esse papel é também limitado, pois há situações que esbarram na questão político-econômica mais ampla em que a escola se insere. (DAMAZIO E SILVA, 2008, p. 6).

Infere-se da fala das autoras, a necessidade de compreender a situação em que as escolas estão inseridas, uma vez que tanto os recursos próprios quanto de financiamentos podem interferir na gestão seus espaços internos, impactando a qualidade dos espaços e seus usos possíveis para qualificação das atividades escolares. Faz-se, desse modo, coro ao entendimento de Dias e Pinto (2020) quando realçam a urgência de que os governos reconheçam efetivamente o aprofundamento das desigualdades no campo educacional em função da pandemia, priorizando o fortalecimento de políticas públicas para a educação garantidas para o curto, médio e

longo prazo. Destacam, ainda, a necessidade de ampliação dos recursos humanos e financeiros para o setor, o que poderia estabelecer novos marcos para o ensino de qualidade no Brasil.

Nesse contexto, Damazio e Silva (2008) questionam:

Como fica a educação física neste quadro? Trata-se de uma disciplina que tem uma demanda por espaço, instalações e materiais peculiares. Como estão as escolas em termos de condições materiais para o ensino dessa disciplina? Em que medida a carência de espaço físico adequado pode interferir no trabalho pedagógico? (DAMAZIO E SILVA, 2008, p. 5).

Bendrath e Malagutti (2020) acrescentam que “a questão da infraestrutura e da arquitetura do ambiente escolar é tema muito pouco debatido no universo acadêmico e poucos estudos, especialmente no Brasil, trazem luz à questão”. (BENDRATH e MALAGUTTI, 2020 p. 6). Ficando clara a necessidade de reflexões mais aprofundadas quanto aos espaços escolares e o aproveitamento destes nas aulas, os autores lecionam ainda que “o ambiente de aprendizagem é fundamental para a boa qualidade da educação e, por isso, deve incluir ambientes físicos e sociais seguros, saudáveis e protetores para os alunos aprenderem e os professores trabalharem” (BENDRATH e MALAGUTTI, 2020).

Nesse contexto, seguindo o aspecto estrutural das unidades de ensino, evidencia-se também o reforço das desigualdades entre escolas privadas e públicas, frente ao novo *modus operandi* adotado, que se volta ao uso das tecnologias como meio de dar continuidade às atividades curriculares até que seja possível e seguro retornar à forma presencial. A disparidade das condições de acesso à internet, *hardwares* e *softwares* pelos estudantes de escolas públicas e privadas, acentua no campo educacional, desigualdades sociais historicamente produzidas no Brasil. Aponta também, limitações às estratégias educacionais passíveis de serem mobilizadas por educadoras e educadores, haja vista a indisponibilidade de recursos e até mesmo letramento digital para lidar com o novo cenário.

Sobre isso, fica claro que o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), especialmente as de cunho digital, é preponderante para a viabilização de uma transição educacional segura, entrelaçando atividades presenciais, semipresenciais e à distância. Refletindo sobre a formação de professores na área da Educação Física, Oliveira *et al.* (2020) identificaram que os futuros profissionais não se sentiam integralmente preparados para lidar com as TICs

no ambiente escolar, fomentando discussões acerca da imersão desta temática nos currículos do ensino superior. Em que pesem as limitações contextuais de cada realidade, é possível especular que a compilação das dificuldades que emergem dos aspectos estruturais, formativos e pedagógicos, tendem a intensificar o desafio que se tornou ministrar uma aula de qualidade em tempos pandêmicos.

Visto que no contexto educacional público há um número mais limitado de recursos, Oliveira (2020) compara:

Dadas as desigualdades sociais do Brasil, distintas realidades podem ser observadas a partir do que as escolas vêm realizando nesses tempos de excepcionalidade: há escolas privadas que seguem, virtualmente, com aulas online na mesma grade de horários, ou seja, transpôs-se para o digital o que já ocorria no presencial, mas, também, há escolas públicas que não possuíam estrutura para se organizarem com a velocidade que foi exigida, cujos estudantes seguem sem nenhum acesso educacional. (OLIVEIRA, 2020, P. 6).

Faz-se, portanto, necessário pensar nos agentes responsáveis pela construção de saberes no ambiente escolar, quais sejam, professoras e professores. Pensando na formação para atuação na escola, Pimenta (2020) enfatiza que a formação em licenciatura deve possibilitar aos profissionais a construção de práticas docentes voltadas à mobilização de saberes próprios da formação específica, aliando-os aos saberes-fazer docentes, aplicados cotidianamente sob âncora de intenções educativas cristalinas. Em concordância, Souza *et al.* (2020) apontam que “o processo de ‘saber’ e ‘saber-fazer’ são iniciados durante os cursos de formação inicial de professores, que, legalmente, acontece nos cursos de licenciaturas, tendo surgido no Brasil pela necessidade da existência de profissionais qualificados” (SOUZA, *et al.*, 2020 p. 2).

Trazendo, porém, essa reflexão para o contexto deste estudo, quais seriam as habilidades esperadas de um professor para lidar com a nova realidade educacional? Ao se falar de um novo normal, evidencia-se a necessidade do cuidado em relação a esse conceito, pois segundo Oliveira (2020), para haver um “novo normal” há de ter tido, anteriormente, um normal, enaltecendo que a situação educacional pública nacional está longe de ser considerada normal. Isso se deve ao sucateamento do ensino, dos baixos salários e poucas condições para os profissionais da educação e das escolas públicas, limitando as possibilidades de formação e

emprego de repertórios pedagógicos ótimos às diferentes realidades educacionais brasileiras.

Nessa conjuntura, anunciam-se algumas experiências já em curso pelo país, quanto à execução das estratégias para volta às aulas presenciais adotadas por cada estado brasileiro, tendo como pano de fundo a gestão das secretarias estaduais de educação. Aos 5 de agosto de 2020, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) publicou um levantamento do panorama nacional, apontando que os estados do Amazonas e Rio de Janeiro deflagraram greve como medida de preservação da saúde, repudiando a retomada das aulas presenciais devido ao descontrole da pandemia (ANDES, 2020).

Na mesma direção, alguns municípios paulistas, com destaque para aqueles do ABC, posicionaram-se contrários ao plano de volta às aulas elaborado pelo governo de São Paulo e anunciaram seus respectivos retornos somente para 2021. No Maranhão, as atividades da rede privada foram retomadas em agosto de 2020, o que não ocorreu na dimensão pública, cujo calendário letivo permanece suspenso. No Paraná e no Rio Grande do Norte, que pretendiam retornar as aulas presenciais em agosto, foi preciso declinar de tal decisão, após potente pressão da comunidade escolar e da sociedade civil organizada. É imperativo reiterar que em todos os contextos expostos, as pautas específicas da pandemia se somaram às antigas reivindicações dos trabalhadores da educação, ampliando o espectro de demandas que, quando não atendidas, alargam o rol de justificativas para a paralisação das atividades escolares (ANDES, 2020).

Pensando nisso, os obstáculos postos à mesa dos professores de Educação Física pós pandemia requerem adaptação às diretrizes estaduais de distanciamento social que intercalam proibições de atividades em grupos, reorganização espacial dos equipamentos e materiais disponíveis, ressignificação dos eventos e festividades escolares, motivação dos discentes para práticas não hegemônicas e, de forma mais preocupante, preparação para suportar o volume de trabalho em continua expansão – como observa Paludo (2020). Todavia, como lidar com esses desafios e manter, tanto a qualidade da aula quanto o interesse dos alunos, visando respeitar as diretrizes protocolares em vigor?

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar as orientações de saúde e operacionais relacionadas à volta das aulas presenciais no decorrer da pandemia causada pelo Coronavírus. Para isso, ancorou-se nos documentos oficiais expedidos pelos governos estaduais e do Distrito Federal, e nas diretrizes elaboradas pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), no intuito de verificar o tratamento dado à Educação Física escolar e refletir sobre os impactos possíveis de serem observados no cotidiano das aulas. Verificou-se que os direcionamentos voltados pontualmente à Educação Física são escassos e, quando existentes, evidenciam a necessidade de se mobilizar novas ferramentas pedagógicas que, de forma conjunta, possam alicerçar a prática docente diante da atual fase de instabilidade. Tendo em vista o potencial vinculado à Educação Física na formação escolar e na promoção da saúde da população, acredita-se que a atenção recebida nos protocolos se apresenta aquém do que se espera mediante uma conjuntura caótica na saúde pública.

Apesar do baixo volume de menções diretas, as diretrizes protocolares implicam nas aulas de Educação Física por determinarem limitações sobre o uso de espaços e equipamentos nos ambientes escolares e sistematizarem a dinâmica de atividades coletivas e/ou em grupos de alunos. Com isso, torna-se complexa a organização e a execução de um montante significativo de atividades que, por consequência, restringem os meios para se viabilizarem as intenções educativas dos professores, cada vez mais cobrados por criatividade e reinvenção. Tais medidas, quando impossibilitadas de serem promovidas de fato, somadas às dificuldades de acesso e permanência historicamente enfrentadas por discentes vulneráveis socioeconomicamente, potencializam obstáculos no cotidiano escolar, podendo acarretar em prejuízos como evasão escolar, queda nas taxas de aprendizagem e declínio das experiências relacionais intergeracionais.

Tendo em vista o quadro em que se encontra a esfera escolar, evidencia-se os impactos da pandemia da COVID- 19, não só na saúde física e mental dos indivíduos, como também em âmbito educacional, que enfrenta um momento de readequações e incertezas sem precedentes. Sob a perspectiva da educação brasileira, pode-se concluir que as alterações indicadas pelos governos estaduais visam o retorno das atividades presenciais o quanto antes possível, com o mínimo de

prejuízo acadêmico para os alunos, agregando à necessidade de se resguardar quanto ao contágio. Porém, é imperativo ter em mente que, como em qualquer cenário social, existe um jogo de interesses que entrelaçam a rede pública e a rede particular de ensino, além das famílias que se organizam a partir da rotina escolar de suas crianças, adolescentes e jovens.

No que concerne à Educação Física, entende-se que os impactos da pandemia sobre a disciplina geraram e ainda geram, necessidades de readequações não apenas de espaços físicos, bem como a busca por novas ferramentas de trabalho que possibilitem ao professor suprir as demandas educacionais, perpassando aspectos pedagógicos, sociais e até mesmo psicológicos – ampliando o lastro de competências necessárias à prática docente. Infelizmente, a demanda aumentada não parece ser acompanhada de processos e mecanismos de formação continuada de mesma monta.

Conclui-se que o cenário pandêmico tem induzido alterações significativas no ambiente escolar, sobretudo no que tange à estrutura das aulas, à atuação docente e, conseqüentemente, à rotina de toda a comunidade. Os protocolos estaduais de volta às aulas, quando existentes, deliberam a respeito dos rumos a serem seguidos pelas instituições, incluindo-se nuances próprias da Educação Física. Todavia, considerando as diferentes realidades das escolas brasileiras, são notáveis os limites de infraestrutura, de recursos humanos e materiais para viabilizar o retorno seguro de forma igualitária.

REFERÊNCIAS

AMORIM *et al.* **Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19.** Rev. Adm. Pública v.54 n.4 Rio de Janeiro July/Aug. 2020 Epub Aug 28, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200349>. Acesso em: 19 out. 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. 223 p. Disponível em: <https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitat%20e%20qualitat%20-%20IFES/Bauman,%20Bourdieu,%20Elias/Livros%20de%20Metodologia/Bardin%20-%201977%20-%20An%C3%A1lise%20de%20Conte%C3%BAdo.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

BENDRATH, E. A.; MALAGUTTI, J. P. M. O fator infraestrutura em projetos de esporte e lazer em escolas públicas. **Pensar a Prática**, v.23: e57081, 15 out. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/57081/35559>. Acesso em: 15 out. 2020.

BIANCHI, P.; HATJE, M. A Formação Profissional em Educação Física Permeada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação no Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria. **Pensar a Prática**. v.10, n.2, jul-dez/2007, p. 291-306. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/1097/1674>. Acesso em: 10 out. 2020.

BOSCATTO J.D; DARIDO S.C. **Currículo E Educação Física Escolar: Análise Do Estado Da Arte Em Periódicos Nacionais.** J. Phys. Educ. v.28 Maringá 2017 Epub Feb 26, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v28i1.2855>. Acesso em: 19 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **O sistema nacional de educação.** Brasília. 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/sase_mec.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.

CASTRO NETA, A. A. de. *et al.* O currículo cultural da Educação Física e os significados das práticas corporais: análise de uma prática pedagógica. **Pensar a Prática**, v.23, 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/55046/34759>. Acesso em: 18 out. 2020.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. **Posicionamento do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) sobre o retorno às aulas Presenciais com base na argumentação do Grupo de Trabalho Temático (GTT) Escola.** Porto Alegre: 2020. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/upload/biblioteca/Nota%20GTT%20escola%20agosto.2020.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. **Práticas Corporais em tempos de distanciamento social e Coronavírus - Nota Técnica 8 - GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho do CBCE.** Porto Alegre: 2020. Disponível em:

<http://www.cbce.org.br/upload/biblioteca/Nota%20t%C3%A9cnica%208%20-%20CBCE%20em%20tempos%20de%20coronav%C3%ADrus.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.

CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. Diretrizes para Protocolo de Retorno às Aulas Presenciais. 2020. Disponível em: <http://consed.org.br/media/download/5eea22f13ead0.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

CURY, C.R.J. Educação escolar e pandemia. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v.13 n.1, 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/23749>. Acesso em: 18 out. 2020

DAMAZIO, M. S., & SILVA, M. F. P. O Ensino da Educação Física e o Espaço Físico em Questão. **Pensar a Prática**, v.1, n.2, p.189 - 196. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rpp.v11i2.3590>. Acesso em: 03 out. 2020.

DIAS, E.; PINTO, F.C.F. **A Educação e a Covid-19**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. v.28, n.108, Rio de Janeiro Jul./Sept. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362020000300545. Acesso em: 14 set. 2020.

FARIAS, L.A.B.G. *et al.* O papel da atenção primária no combate ao Covid-19: impacto na saúde pública e perspectivas futuras. *Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade*, Rio de Janeiro, v.15, n. 42, maio, 2020. Disponível em: <https://www.rbmf.org.br/rbmf>. Acesso em: 31 out. 2020.

FILHO, L.M.F.; VIDAL, D.G. Os Tempos e os Espaços Escolares no Processo de Institucionalização da Escola Primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/jun/jul/ago/2000, nº 14 p. 19-34. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03>. Acesso em: 13 out. 2020.

GIL, R.L. **Tipos de Pesquisa**. 2009. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Protocolos de Reabertura: protocolo setorial 18 – atividades educacionais. Fortaleza: 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/Protocolo-Setorial-18-Atividades-Educacionais-1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Plano de Retorno da Educação. São Paulo: 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/>. Acesso em: 16 set. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Distanciamento Controlado – Educação: primeiros passos. Porto Alegre: 2020. Disponível em: www.rs.gov.br. Acesso em: 16 set. 2020.

MATOS, L.D.S *et al.* Vivências do Lazer para Discentes do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Pará no Contexto de Pandemia da Covid – 19. LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, [S. l.],

v.23, n.3, p. 251-288, 2020. DOI: 10.35699/2447-6218.2020.25433. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25433>. Acesso em: 31 out. 2020.

MAY, T. Pesquisa Social: questões, métodos e processos. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4543722/mod_folder/content/0/Tim-May-Pesquisa-Social.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 05 set. 2020.

OLIVEIRA, G. T; MAZZI, B. L; UNGHERI, B. O; CAMPOS, P. A. F; FERREIRA, R. M. Escola x Tecnologia: reflexões sobre a formação de professores de educação física. **Caderno de Educação Física e Esporte**: Marechal Cândido Rondon. v. 18, n. 1, p. 17 – 22, jan. / abr. 2020.

OLIVEIRA, V.H.N. O ANTES, O AGORA E O DEPOIS: alguns desafios para a educação básica frente à pandemia de COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v.3, n.9, p. 19-25, aug. 2020. ISSN 2675-1488. Disponível em: <https://revista.ufr.br/boca/article/view/NedelOliveira>. Acesso em: 14 out. 2020.

PALUDO. E.F. **Os Desafios Da Docência Em Tempos De Pandemia**. v.17 n.2. 2020: Seção Especial COVID-19 e Edição Especial I Seminário Sociologia e Política. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2020v17n2p44>. Acesso em: 19 out. 2020.

PEDROSA, G.F.S.; DIETZ, K.G. **A Prática do Ensino de Arte e Educação Física no Contexto da Pandemia Covid-19**. Revista Boletim de Conjuntura, v.2, n.6, 2020. Disponível em: <https://revista.ufr.br/boca/article/view/PedrosaDietz>. Acesso em: 15 set. 2020.

PIMENTA, S.G. Formação de Professores – saberes da docência e identidade do professor. Revista da Faculdade de Educação de São Paulo, v.22, n.2, p. 72-89, jul/dez. 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33579/36317>. Acesso em: 10 de out. 2020.

SÁ. J.D.S; WERLE. F.O.C. Infraestrutura Escolar E Espaço Físico Em Educação: o estado da arte. Cad. Pesqui. v.47 n.164 São Paulo Apr./June 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143735>. Acesso em: 19 out. 2020.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO. Plano de Retorno às Atividades Presenciais. Manaus: 2020. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Plano-de-retorno-as-atividades-WEB-Manaus.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

----- Manual de Protocolos de Saúde. Manaus: 2020. Disponível em: http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/PROTOCOLOS-DE-SAUDE_02.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Portaria n.º 748, de 20 de julho de 2020. São Luís: 2020. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/files/2020/07/PORTARIA-RETORNO-DAS-AULAS->

PRESENCIAIS.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDU. PORTARIA CONJUNTA SEDU/SESA Nº 01-R, de 08 de agosto de 2020. Vitória: 2020. Disponível em: <http://dio.es.gov.br/>. Acesso em: 16 set. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA. Plano de Retorno às Aulas Presenciais. Porto Velho: 2020. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/covid-19/institucional/notas-tecnicas/>. Acesso em: 16 set. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. Protocolo para Retorno às Aulas Presenciais. Curitiba: 2020. Disponível em: www.educacao.pr.gov.br. Acesso em: 16 set. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades Presenciais nas Instituições de Ensino do Estado de Goiás. Goiânia: 2020. Disponível em: <https://www.saude.go.gov.br/component/content/article/765-coronavirus/9124-protocolos-de-abertura?Itemid=101>. Acesso em: 16 set. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. Protocolo Novo Normal: segmento de educação. João Pessoa: 2020. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/novonormalpb>. Acesso em: 16 set. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO. Medidas de prevenção e controle da infecção por vírus respiratórios recomendadas para a retomada das atividades das escolas de ensino fundamental e médio e de jovens adultos no estado do Rio de Janeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: www.saude.rj.gov.br. Acesso em: 16 set. 2020.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Protocolo de Retorno das Atividades Presenciais – rede privada. Distrito Federal: 2020. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/>. Acesso em: 16 set. 2020.

SENHORAS, E.M. Novo Coronavírus e seus Impactos Econômicos no Mundo. Revista Boletim de Conjuntura. v.1, n.2, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/boca/article/view/Coronavirus>. Acesso em: 13 set. 2020.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES. **Professores da Educação Básica se mobilizam contra o retorno das aulas presenciais.** Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/professores-da-educacao-basica-se-mobilizam-contra-o-retorno-das-aulas-presenciais1>. Acesso em: 03 nov. 2020.

SOUZA, F.Q. *et al.* Desafios e Anseios de ser Professor: uma perspectiva de professores em formação. Ensino em Foco. Salvador, v.3, n.6, p. 32 – 46, set/2020. Disponível em: <http://www.publicacoes.ifba.edu.br/index.php/ensinoemfoco/article/view/678/442>. Acesso em: 01 out. 2020.

WU, Di *et al.* The SARS-CoV-2 outbreak: what we know. *International Journal of Infectious Diseases*. Publicação online em março, 2020. Disponível em: <http://www.toledo.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2020/03/O-surto-da-SARS-CoV-2-o-que-no%CC%81s-sabemos.pdf.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.